

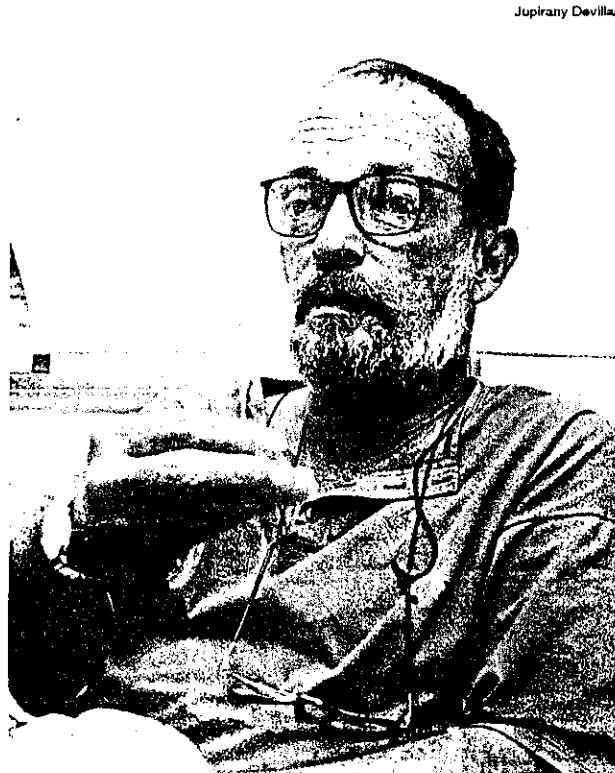
Sindicância vai apurar o assassinato de indigenista

A Fundação Nacional do Índio (Funai) irá instaurar sindicância para apurar as circunstâncias da morte do indigenista Antonio Pedroso, assassinado na reserva indígena Sararé, no município de Pontes e Lacerda (420 km de Cuiabá), no último dia 11. A Fundação está preocupada com as informações dúbias existentes sobre o assassinato e já neste final de semana deverá enviar ao local uma equipe para iniciar a averiguação do caso.

Apesar das informações publicadas até agora e a prisão em Cáceres do principal suspeito do assassinato, Ademir Ramos, pela Polícia Federal, a Funai quer avaliar internamente em que circunstância Pedroso foi morto. Sabe-se que ele fazia uma vistoria de rotina à reserva Sararé, disputada por garimpeiros e madeireiros, quando foi atingido por "projéteis de uma arma de fogo".

"Hoje não temos certeza sequer de quantos tiros ele levou", reconhece o administrador substituto da Funai no Estado, Luiz Carlos Cavalcante Albuquerque. As informações publicadas até agora indicam que Pedroso foi atingido por duas balas de revólver, mas há quem garanta de "pés juntos" terem sido até 10 os disparos contra ele.

Dúvidas como esta - e prin-



Luiz Carlos: "não sabemos nem quantos tiros ele levou"

cipalmente a circunstância da morte - seriam dirimidas como a divulgação do laudo cadavérico de Pedroso, mas a confirmação pode estar distante. É que o relatório, segundo a Funai, está parado em Pontes e Lacerda por falta de condições técnicas para ser elaborado.

Saráré

O chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai em Brasília, Odenir Oliveira, está em Cuiabá avaliando com representantes de órgãos como Ibama, Polícia Federal, Casa Civil, Caie-

mt (Coordenadoria Estadual de Assuntos Indígenas) e Secretaria de Justiça meios de resolver a ameaça iminente de novos conflitos na reserva Sararé. A meta é instituir uma ação emergencial de retirada de garimpeiros e madeireiros da área, além elaborar um programa a médio e longo prazos para solucionar definitivamente o impasse.

"Só acabaremos com as ameaças de conflito na região se pensarmos o problema como um todo", indica o coordenador da Caiemt, Ademir Gudrin. Ele se refere basicamente ao fato de garimpeiros e madeireiros já terem sido expulsos da área outras vezes e retornarem - sempre - com a anuência de algumas comunidades indígenas. "Isto só irá acabar quando houver uma assistência efetiva às comunidades atingidas", opina.

A ajuda poderá ser levada se o Governo do Estado conseguir juntar os recursos do Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agroambiental) espalhados por vários órgãos ambientais e de fiscalização em um único fundo, a ser usado exclusivamente para resolver o conflito na reserva Sararé e outras 12 espalhadas pelo Estado. A definição sobre o financiamento, que entre outras finalidades poderá abrir alternativas econômicas às comunidades indígenas, irá ocorrer hoje ou amanhã.

Jupirany Devillart